

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

260 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 15 a 19 de dezembro de 2025

1. CONSELHO EUROPEU - FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PROPOSTAS	1
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	2
Debate preparatório do Conselho Europeu	2
Mercosul	3
Guiné-Bissau	4
Defesa	4
My voice, my choice - acesso a cuidados de aborto seguro	5
Outros debates e resoluções	6
3. COMISSÃO EUROPEIA - HABITAÇÃO	6
4. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE AUTOMÓVEL	7
5. MIGRAÇÕES	7
6. COMISSÃO INTERNACIONAL DE REPARAÇÕES PARA A UCRÂNIA	8
7. TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU - DEFESA DA UE	9
8. REUNIÕES DO CONSELHO	9
9. AGENDA	9

1. CONSELHO EUROPEU - FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PROPOSTAS

Realizou-se, esta semana, uma reunião do [Conselho Europeu](#), nos dias 18 e 19 de dezembro, com os seguintes temas na agenda (carta-convide do Presidente António Costa [aqui](#)): prioridades geopolíticas e orçamentais, bem como de debates sobre competitividade, alargamento e política externa. O encontro foi precedido, a 17 de dezembro, pela Cimeira UE–Balcãs Ocidentais (declaração [aqui](#)). Foram adotadas Conclusões sobre estes temas, disponíveis [aqui](#).

O think tank do PE disponibilizou esta [ficha informativa](#) sobre a composição do Conselho, e estão disponíveis os *live blogs* tradicionais sobre esta reunião (Político [aqui](#) e Euractiv [aqui](#)). As declarações à imprensa do Presidente do Conselho Europeu estão disponíveis [aqui](#) e da Presidente da Comissão Europeia [aqui](#).

Current membership of the European Council

The European Council consists of the 27 Heads of State or Government of the EU Member States, who are voting members, together with the President of the European Council and the President of the European Commission, who have no vote (Article 15(2) Treaty on European Union). The chart shows the current members, the national office they hold, their most recent European political affiliation, and the year their membership began.



Images taken from the European Council website – © European Union.

Porém, como demos notas na Sínteses n.º [257](#), [258](#) e [259](#), o tema central da reunião era o **financiamento à Ucrânia**. A Comissão Europeia havia apresentado uma proposta para mobilizar até €210 mil milhões para financiar a Ucrânia, através de um novo “**empréstimo de reparações**” baseado nos ativos soberanos russos imobilizados na UE. A primeira meta era assegurar €90 mil milhões para 2026-2027, com reembolso apenas após a Rússia pagar reparações.

Sobre esta matéria, e perante a ausência de consenso para avançar no imediato para esse empréstimo de reparações (por oposição, nomeadamente, da Bélgica), foi adotada uma declaração sobre a Ucrânia (apoiada por 25 Estados-Membros e disponível [aqui](#)), em que se define o seguinte rumo de ação (ponto 8 da declaração):

- com base no **artigo 122.º do TFUE**, a UE adotou **medidas de emergência excepcionais, temporárias e devidamente justificadas** para assegurar a imobilização prolongada dos ativos russos. Neste contexto, o Conselho Europeu instou o Conselho e o Parlamento Europeu a prosseguirem os

trabalhos técnicos e jurídicos relativos à criação de um **instrumento de empréstimo para reparações**, assente nos saldos de tesouraria associados a esses ativos imobilizados.

- Entretanto, foi acordada a concessão à Ucrânia de um **empréstimo de 90 mil milhões de euros para 2026 e 2027**, financiado através de endividamento da UE nos mercados de capitais e garantido pela margem orçamental do orçamento da União, sendo assegurado, através de cooperação reforçada ao abrigo do **artigo 20.º do TUE**, que essa mobilização não afeta as obrigações financeiras da Chéquia, Hungria ou Eslováquia.
- O empréstimo só será reembolsado pela Ucrânia quando a Rússia indemnizar os danos causados pela sua guerra de agressão; até esse momento, os ativos russos permanecerão imobilizados, reservando a UE o direito de os utilizar para o reembolso, em conformidade com o direito da UE e o direito internacional.

No que diz respeito ao **Quadro Financeiro Plurianual 2028-34**, os Chefes de Estado ou de Governo aceitaram, apesar de divergências significativas, não rejeitar o quadro de negociação apresentado pela Presidência dinamarquesa que, embora não contenha valores, orienta os futuros compromissos políticos sobre a arquitetura, as prioridades e os instrumentos do próximo orçamento da UE (disponível em: <https://aeur.eu/f/jx0>).

Uma maioria de Estados-Membros manifestou apoio a um orçamento mais orientado para a defesa e a competitividade, em linha com as propostas da Comissão, enquanto vários países insistiram na necessidade de preservar a Política Agrícola Comum e a política de coesão (Irlanda, Letónia, França, apoiada pela Itália, e Polónia, no que diz respeito aos rendimentos adequados aos agricultores); a Espanha defendeu um orçamento mais ambicioso, com recurso a instrumentos como a dívida comum, sublinhando o papel do orçamento europeu na resposta a crises sociais, incluindo a habitação. O debate foi ainda marcado pela contestação à reintrodução de rebates, à qual se opuseram, entre outros, Itália, Portugal, Polónia, Bulgária, Lituânia, Luxemburgo, Grécia e Eslovénia, por considerarem que esta lógica é incompatível com a ambição de um orçamento modernizado.

Não obstante, houve consenso quanto à necessidade de o QFP entrar em vigor no início de 2028 e de se chegar a acordo até ao final de 2026, estando prevista nova discussão no Conselho Europeu de março de 2026.

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Debate preparatório do Conselho Europeu

O debate sobre as prioridades do Parlamento Europeu (PE) para o Conselho Europeu de dezembro (debate disponível [aqui](#) e press kit [aqui](#)), centrou-se sobretudo no conflito na **Ucrânia**, na continuidade do apoio político, financeiro e militar a Kyiv e na reflexão estratégica sobre a relação da União Europeia com os Estados Unidos. Foram igualmente abordados o próximo **Quadro Financeiro Plurianual (QFP)**, com apelos à definição de um orçamento compatível com as ambições da União, bem como, de forma mais pontual, o acordo com o **Mercosul**, a situação em **Gaza** e a política migratória. A ausência de uma lista pré-definida de oradores e o recurso frequente a “blue cards” contribuíram para um debate particularmente dinâmico.

Em representação do Conselho, a Ministra dos Assuntos Europeus, Marie Bjerre, apresentou os principais pontos da agenda do Conselho Europeu, sublinhando que a Ucrânia e o QFP constituiriam os dois temas centrais das discussões. No que respeita à Ucrânia, destacou a importância de uma paz justa e duradoura, alinhada com os interesses europeus, bem como a necessidade de encontrar soluções para as necessidades financeiras de Kyiv. Quanto ao QFP, indicou como objetivo alcançar um acordo até ao final de 2026. Apelou ainda a uma aceleração dos esforços em todas as vertentes relacionadas com a prontidão da defesa europeia. Lamentou a impossibilidade de adotar conclusões formais do Conselho sobre o alargamento, referindo, contudo, as conclusões da Presidência apoiadas por 26 Estados-Membros. Recordou igualmente os progressos

alcançados sob a Presidência dinamarquesa em matéria de migração e de simplificação, e considerou que a União Europeia deve desempenhar um papel na plena implementação do plano de paz para Gaza.

No seu discurso, a Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentou o Conselho Europeu como um **momento de afirmação estratégica da União num contexto internacional marcado por conflitos** e por uma profunda transformação da ordem global. Defendeu que a União Europeia deve assumir plenamente a responsabilidade pela sua segurança e pelos seus interesses, sublinhando que a independência europeia é uma exigência objetiva do atual contexto geopolítico e não uma opção ideológica. Criticou leituras simplistas da Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, argumentando que a perda de peso relativo da Europa na economia mundial reflete sobretudo mudanças estruturais do sistema internacional, em particular a ascensão da China, apelando a uma Europa mais confiante nas suas próprias prioridades.

Ursula von der Leyen destacou os progressos alcançados na independência energética face à Rússia. No domínio da defesa, sublinhou o reforço sem precedentes da base industrial europeia e a mobilização de até 800 mil milhões de euros até 2030, referindo o elevado interesse dos Estados-Membros no instrumento SAFE. Alertou, ainda, para a urgência de garantir o financiamento do esforço ucraniano em 2026-2027 e apelando a uma decisão no próximo Conselho Europeu, saudando o acordo para a imobilização indefinida dos ativos russos como um sinal político claro em prol de uma paz justa e duradoura.

Nas intervenções dos Deputados, destacou-se um consenso alargado quanto à necessidade de reforçar a autonomia da União Europeia em matéria de defesa e segurança, coexistindo, porém, divergências relevantes quanto à abordagem das relações transatlânticas, com críticas à administração norte-americana por parte do centro e da esquerda, enquanto o PPE defendeu a redução da dependência de Washington sem pôr em causa a centralidade da relação transatlântica, e os grupos ECR, Pfl e ESN sublinharam a importância de uma cooperação reforçada com os Estados Unidos. Uma maioria expressiva reiterou a necessidade de continuar a apoiar a Ucrânia, apelando a uma decisão sobre a utilização dos ativos russos imobilizados, embora tenham surgido posições cautelosas, nomeadamente de Deputados belgas, quanto às implicações dessa opção. O debate incluiu ainda referências ao próximo Quadro Financeiro Plurianual, com apelos transversais a um orçamento alinhado com as ambições da União, bem como elogios, sobretudo do PPE e de alguns Deputados do ECR, aos progressos alcançados em matéria de migração sob a Presidência dinamarquesa.

Por fim, vários Deputados apelaram à conclusão do acordo com o Mercosul. Intervieram no debate os Deputados portugueses [Carla Tavares](#) (S&D), [Sebastião Bugalho](#) (PPE), e [João Oliveira](#) (A Esquerda).

Mercosul

O Parlamento Europeu e o Conselho chegaram a um **acordo informal sobre um conjunto de medidas de salvaguarda destinadas a proteger a agricultura da União Europeia** no contexto da futura aplicação dos acordos UE-Mercosul (detalhe [aqui](#)). O regulamento estabelece as condições em que a Comissão Europeia poderá suspender temporariamente as preferências pautais aplicáveis à importação de produtos agrícolas considerados sensíveis — como aves de capoeira, carne de bovino, ovos, citrinos e açúcar — provenientes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, sempre que essas importações causem prejuízos aos produtores europeus.

O acordo prevê critérios mais exigentes e claros para a ativação das salvaguardas: um **aumento das importações superior a 8% ou uma redução dos preços superior a 8%**, em ambos os casos face à média dos três anos anteriores, passam a ser considerados indícios de prejuízo grave e permitem à Comissão iniciar uma investigação. Esta deverá ser concluída no prazo máximo de três meses para produtos sensíveis e até seis meses para produtos não sensíveis, estando ainda prevista a adoção de medidas provisórias, no caso dos produtos sensíveis, num prazo de 21 dias após a notificação. A Comissão compromete-se igualmente a monitorizar de forma constante e proativa o mercado, a apresentar relatórios semestrais ao Parlamento e ao Conselho, a reforçar a troca de dados

com os Estados-Membros e a assegurar um maior alinhamento dos padrões de produção aplicáveis aos produtos importados, nomeadamente em matéria de bem-estar animal e uso de pesticidas.

As cláusulas de salvaguarda integrarão tanto o Acordo de Parceria UE-Mercosul como o Acordo Comercial intercalar, cuja assinatura era esperada ainda este mês, num contexto em que a União Europeia é já o segundo maior parceiro comercial do Mercosul em bens e um dos principais parceiros em serviços.

A Presidente da Comissão Europeia informou os Chefes de Estado ou de Governo, no Conselho Europeu de 18 de dezembro, de que **a assinatura do acordo comercial UE-Mercosur não terá lugar na data inicialmente prevista, sendo adiada para janeiro**. Segundo explicado, o adiamento resulta de um pedido da Primeira-Ministra italiana, Giorgia Meloni, aceite pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de permitir às autoridades italianas clarificar internamente os impactos do acordo no setor agrícola e consolidar apoio político à sua assinatura.

Guiné-Bissau

O Parlamento Europeu aprovou uma **resolução que condena e rejeita a tomada inconstitucional do poder pelos militares na Guiné-Bissau**, ocorrida em 26 de novembro de 2025, três dias após as eleições gerais e na véspera da divulgação dos resultados oficiais. A resolução (texto [aqui](#)), aprovada por uma maioria muito expressiva (500 votos a favor, nenhum contra e 42 abstenções), exige o restabelecimento imediato da ordem constitucional e do processo eleitoral, apelando à publicação dos resultados eleitorais verificados sem qualquer interferência militar ou política. Os Deputados condenam igualmente o uso desproporcionado da força pelas forças de segurança e exigem a libertação imediata e incondicional dos líderes da oposição política.

O Parlamento solicita ainda a realização de investigações independentes sobre as violações generalizadas dos direitos humanos e a responsabilização dos autores do golpe de Estado, instando a União Europeia a rever os seus acordos e financiamentos com a Guiné-Bissau para garantir que não beneficiam a junta militar ou estruturas autoritárias. Os Deputados apelam também ao Conselho para que considere a adoção de medidas restritivas contra os responsáveis pelo golpe e pelas violações dos direitos humanos. A resolução contou com a subscrição de vários Deputados portugueses: **Sebastião Bugalho e Hélder Sousa Silva (PPE), Francisco Assis e Marta Temido (S&D), Ana Vasconcelos (Renew) e João Oliveira (Grupo da Esquerda)**.

Defesa

O Parlamento Europeu aprovou, em sessão plenária, a legislação integrada no plano **ReArm Europe**, destinada a reforçar o apoio da União Europeia ao investimento na defesa através da adaptação das regras de vários programas de financiamento já existentes, permitindo direcionar mais recursos para projetos relacionados com a defesa sem criar novos instrumentos orçamentais (detalhe [aqui](#)). O texto, já acordado com o Conselho, altera o enquadramento de programas como o Horizonte Europa, o Fundo Europeu de Defesa, a Plataforma de Tecnologias Estratégicas para a Europa (STEP), o Programa Europa Digital e o Mecanismo Interligar a Europa, alargando o seu âmbito para incluir o reforço da resiliência face a ameaças híbridas e interferência estrangeira, bem como um maior apoio à indústria de defesa da Ucrânia, assegurando a sua participação no Fundo Europeu de Defesa. A legislação prevê o financiamento de tecnologias de dupla utilização, a integração das tecnologias de defesa como novo setor estratégico da STEP, o alargamento do apoio às pequenas e médias empresas, incluindo empresas em fase de arranque e pequenas empresas de média capitalização, e o financiamento de infraestruturas de transportes de dupla utilização, nomeadamente corredores de mobilidade militar. O texto foi aprovado por larga maioria e aguarda agora adoção formal pelo Conselho, tendo contado com a participação do Deputado português **Bruno Gonçalves (S&D)** como **relator-sombra**, no âmbito de uma iniciativa que visa reforçar a

base tecnológica e industrial de defesa europeia e adaptar os instrumentos financeiros da União às atuais exigências de segurança.

Por outro lado, o PE aprovou, em sessão plenária, um relatório da Comissão da Segurança e da Defesa sobre a **Preparação da Defesa Europeia 2030** ([aqui](#)), no qual defende a necessidade de reforçar significativamente o investimento na prontidão da União em matéria de defesa e de eliminar os obstáculos ao financiamento da indústria europeia do setor. Num contexto de agravamento do ambiente de segurança e de intensificação das ameaças híbridas e convencionais, os Deputados acolhem favoravelmente as iniciativas da Comissão no âmbito do plano **ReArm Europe** e do **Roteiro para a Prontidão da Defesa 2030**, sublinhando, contudo, as dificuldades persistentes enfrentadas pela base tecnológica e industrial de defesa europeia, em especial no acesso ao crédito, ao financiamento por capitais próprios e à dívida privada, sobretudo por parte das pequenas e médias empresas e das empresas em fase de arranque. O relatório apela a um apoio reforçado a estas empresas, à intensificação da aquisição conjunta de equipamento de defesa para reduzir a fragmentação do mercado e à priorização da cooperação, interoperabilidade e contratação conjunta, alinhando os investimentos com as metas da Estratégia Industrial de Defesa Europeia, bem como à adaptação do mandato e das orientações de investimento do Banco Europeu de Investimento para apoiar de forma mais eficaz o setor da defesa, no quadro das futuras negociações do orçamento de longo prazo da UE. O documento foi aprovado por larga maioria e contou com a participação da Deputada portuguesa **Ana Catarina Mendes (S&D)** como **relatora-sombra**.

Finalmente, o PE aprovou uma resolução que apela à criação de um verdadeiro «**espaço Schengen militar**», defendendo a eliminação de obstáculos administrativos e infraestruturais à circulação rápida de tropas e equipamento militar no interior da União Europeia, num contexto marcado pela guerra da Rússia contra a Ucrânia e pelo reforço das ameaças à segurança europeia, em particular no flanco oriental (detalhe [aqui](#)). Os Deputados sublinham que a mobilidade militar é essencial para a segurança e defesa comuns da UE e para a cooperação UE-NATO, defendendo investimentos significativos em infraestruturas de dupla utilização — como estradas, pontes, túneis e caminhos-de-ferro — ao longo dos principais corredores europeus, bem como o reforço do financiamento europeu no próximo quadro financeiro plurianual, para além da simplificação dos procedimentos de autorização e do recurso a soluções digitais. A resolução recomenda ainda a criação de uma força-tarefa específica, a nomeação de um coordenador europeu e a definição de um roteiro pela Comissão, com o objetivo de permitir a deslocação de forças de reação rápida no prazo de 24 horas em situações de crise, tendo sido aprovada por larga maioria.

My voice, my choice - acesso a cuidados de aborto seguro

O Parlamento Europeu aprovou, em sessão plenária, uma [iniciativa de cidadania europeia](#) destinada a melhorar o acesso das mulheres a cuidados de aborto seguro e legal na União Europeia, apoiando a criação de um **mecanismo voluntário de solidariedade financeira**, financiado pela UE, que permita aos Estados-Membros aderentes assegurar esse acesso a pessoas que dele estejam privadas no seu país. O texto, aprovado por 358 votos a favor, 202 contra e 79 abstenções, sublinha que persistem barreiras jurídicas e práticas ao aborto em vários Estados-Membros e insta os países em causa a alinharem a sua legislação com as normas internacionais de direitos humanos. Em consonância com a iniciativa «**My Voice, My Choice**», que reuniu 1,12 milhões de assinaturas, os Deputados apelam a uma ação europeia mais firme no domínio da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, incluindo informação, planeamento familiar, contraceção acessível, aborto seguro e legal e cuidados de saúde materna, alertando igualmente para o retrocesso dos direitos das mulheres e da igualdade de género e condenando os movimentos antigénero. A Comissão Europeia dispõe agora até março de 2026 para indicar se dará seguimento à iniciativa e, se for o caso, através de que medidas, legislativas ou não (ver [aqui](#)).

Outros debates e resoluções

- [Parlamento aprova regras mais simples e maior apoio aos agricultores](#)
- [UE elimina progressivamente as importações de gás russo](#)
- [Lei da desflorestação: Parlamento aprova adiamento e simplificação de medidas](#)
- [Parlamento Europeu exige novas medidas de proteção contra a gestão algorítmica no trabalho](#)

3. COMISSÃO EUROPEIA - HABITAÇÃO

A Comissão Europeia apresentou o primeiro **Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis**, em resposta ao agravamento da crise da habitação na União Europeia, num contexto de forte aumento dos preços e das rendas na última década, com impactos negativos na mobilidade laboral, na coesão social e na competitividade económica (detalhe [aqui](#)). Reconhecendo que se trata de um desafio estrutural com forte dimensão local, o plano assume uma abordagem europeia de apoio aos Estados-Membros, regiões e municípios, focada no aumento da oferta de habitação, na mobilização de investimento e na proteção dos grupos mais afetados.

O plano propõe um conjunto articulado de medidas destinadas a corrigir o desfasamento entre a oferta e a procura de habitação, destacando-se a Estratégia Europeia para a Construção de Habitação, que visa tornar o setor da construção e da reabilitação mais produtivo, inovador e sustentável. Neste enquadramento, o Novo Bauhaus Europeu é reforçado como instrumento de promoção de projetos de elevada qualidade, sustentáveis e a preços acessíveis, apoiado por iniciativas de requalificação profissional através da Academia NEB e por incentivos à inovação e à investigação. A Comissão prevê igualmente a revisão das regras de auxílios estatais para facilitar o apoio público à habitação social e acessível, a simplificação de procedimentos de planeamento e licenciamento e a apresentação de uma nova iniciativa legislativa sobre o arrendamento de curta duração em zonas sob forte pressão habitacional. Paralelamente, será reforçado o financiamento europeu, com base nos 43 mil milhões de euros já mobilizados e no desenvolvimento de uma Plataforma Pan-Europeia de Investimento, em cooperação com o Banco Europeu de Investimento. A execução do plano será assegurada por uma Aliança Europeia da Habitação, com acompanhamento político contínuo, um relatório intercalar antes do final do mandato e a realização da primeira Cimeira da UE sobre a Habitação em 2026.

Para mais informações: [Perguntas e respostas sobre o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis](#); [Ficha informativa sobre o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis](#); [Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis](#);

No debate sobre esta matéria na sessão plenária do PE, esta semana, os Deputados acolheram favoravelmente o Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis, apresentado pela Comissão em 16 de dezembro, considerando-o um sinal de que a União está a dar passos concretos para responder a uma crise social e económica urgente. A presidente da Comissão Especial sobre a Crise da Habitação na UE, Irene Tinagli, sublinhou que muitas das preocupações identificadas pelo Parlamento ao longo do último ano — nomeadamente as necessidades habitacionais nos Estados-Membros, o impacto dos fundos europeus, do arrendamento de curta duração, o papel de cooperativas e entidades sem fins lucrativos e os desafios estruturais do setor da construção — se refletem no plano da Comissão, defendendo agora um reforço do investimento público e privado, uma atenção acrescida aos grupos vulneráveis, a reabilitação de edifícios devolutos e o fortalecimento das autoridades nacionais, regionais e locais. O relator do Parlamento, Borja Giménez Larraz, destacou que a estratégia da Comissão vai ao encontro das prioridades defendidas pelo Parlamento, como o aumento da oferta de habitação, a simplificação administrativa, a aceleração dos licenciamentos, o apoio aos jovens e às famílias, a facilitação do investimento e a garantia de financiamento adequado, sublinhando a

importância da segurança jurídica e da redução da carga burocrática para assegurar soluções eficazes e sustentáveis no mercado da habitação.

O debate, em que intervieram os Deputados portugueses [Bruno Gonçalves](#) e [Isilda Gomes](#) (S&D) e [Sebastião Bugalho](#) (PPE), e [João Oliveira](#) (A Esquerda) pode ser visto [aqui](#).

4. COMISSÃO EUROPEIA - PACOTE AUTOMÓVEL

A Comissão Europeia apresentou um **Pacote Automóvel** destinado a apoiar a transição do setor para uma mobilidade limpa, assegurando simultaneamente a competitividade industrial, a neutralidade climática e a independência estratégica da União até 2050 (detalhe [aqui](#)). A iniciativa responde às preocupações da indústria quanto à previsibilidade regulatória e à simplificação administrativa, mantendo um sinal claro de mercado a favor dos veículos de emissões nulas e valorizando a produção realizada na União Europeia, num setor central para o emprego, a inovação e a base industrial europeia. No plano regulatório, a Comissão propõe a revisão das normas de emissões de CO₂ para automóveis de passageiros, veículos comerciais ligeiros e veículos pesados, introduzindo maior flexibilidade e neutralidade tecnológica, com uma meta de redução de 90 % das emissões pelo tubo de escape a partir de 2035, permitindo que os restantes 10 % sejam compensados através de soluções como aço hipocarbónico produzido na UE ou combustíveis eletrónicos e biocombustíveis, mantendo em atividade diferentes tecnologias, incluindo híbridos e motores de combustão interna.

O pacote integra ainda incentivos específicos para pequenos veículos elétricos acessíveis fabricados na UE, maior flexibilidade para as metas intermédias de 2030 e uma iniciativa dedicada à descarbonização das frotas empresariais, com metas nacionais vinculativas, reforçando a procura por veículos de emissões nulas ou baixas. Paralelamente, prevê medidas estruturais de apoio à cadeia de valor industrial, com destaque para o reforço da indústria europeia das baterias, através de um investimento de 1,8 mil milhões de euros, incluindo empréstimos sem juros para produtores de células de bateria. O chamado *Omnibus Automóvel* visa ainda reduzir significativamente os encargos administrativos e os custos de conformidade, com poupanças estimadas em cerca de 706 milhões de euros por ano, mantendo elevados padrões ambientais e de segurança. Para mais informações: [Perguntas e respostas](#); [Ficha informativa](#).

5. MIGRAÇÕES

Na Síntese n.º [259](#), demos nota de que os ministros dos 46 Estados-membros do Conselho da Europa adotaram um conjunto de **conclusões**, (disponíveis [aqui](#)), que prevê a **elaboração de uma declaração política sobre migração e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH)**, bem como uma nova recomendação sobre o combate ao tráfico de migrantes em 2026.

Esta semana, a Comissão Europeia saudou o acordo político provisório (detalhe [aqui](#)) alcançado entre o Parlamento Europeu e o Conselho sobre novas regras destinadas a facilitar a aplicação, pelos Estados-Membros, do conceito de país terceiro seguro, com o objetivo de acelerar o tratamento dos pedidos de asilo, reduzir a pressão sobre os sistemas nacionais e limitar os incentivos à migração irregular, assegurando simultaneamente o respeito dos direitos fundamentais e das garantias jurídicas dos requerentes. O novo enquadramento elimina a obrigatoriedade de uma ligação direta entre o requerente e o país terceiro, permitindo a aplicação do conceito sempre que exista uma ligação, um trânsito prévio ou um acordo com garantias adequadas para a análise do pedido e a concessão de proteção efetiva, excluindo os menores não acompanhados. Mantêm-se salvaguardas rigorosas quanto à segurança dos países terceiros e à proteção contra a repulsão, sendo ainda introduzidas alterações aos efeitos suspensivos dos recursos, de modo a reduzir atrasos processuais. O regulamento será agora formalmente adotado pelas duas instituições e aplicar-se-á a partir de junho de 2026.

Por outro lado, dezanove Estados-Membros da União Europeia¹ solicitaram à Comissão Europeia a disponibilização de **instrumentos financeiros adequados** para permitir a implementação efetiva das chamadas «**soluções inovadoras**» na gestão da imigração irregular, num contexto de reforço das parcerias com países terceiros. Num **ofício dirigido à Presidente Ursula von der Leyen, ao Comissário para os Assuntos Internos, Magnus Brunner, e à Alta Representante Kaja Kallas**, divulgado na véspera do Conselho Europeu de 18-19 de dezembro, os ministros do Interior e dos Negócios Estrangeiros dos países signatários sublinham que a utilização eficiente dos recursos financeiros é indispensável para operacionalizar novas formas de cooperação, incluindo iniciativas como centros de retorno em países terceiros, já admitidas pelo Conselho da UE. Defendem, nesse sentido, o desenvolvimento de uma estratégia coordenada para os instrumentos de financiamento da UE, que permita criar condições práticas e sustentáveis para estas soluções, no pleno respeito do quadro jurídico e das políticas europeias.

Os signatários apelam à Comissão para que elabore **orientações claras sobre a utilização dos programas de financiamento europeus, atuais e futuros**, de modo a apoiar a conceção, implementação e acompanhamento destas iniciativas, salientando também o papel das agências da UE e das organizações internacionais em todas as fases do processo. No que respeita ao próximo **Quadro Financeiro Plurianual**, defendem que seja dada atenção suficiente ao financiamento das dimensões interna e externa da migração, incluindo através da iniciativa «**Europa Global**» e de mecanismos de governação eficazes. O documento sugere ainda a eventual necessidade de ajustamentos legislativos e políticos, incluindo, se adequado, uma revisão do mandato e das competências da **Frontex**, para assegurar capacidades adequadas na cooperação com países terceiros. A carta foi enviada antes de uma reunião informal dos Estados signatários à margem do Conselho Europeu (**carta disponível em:** <https://aeur.eu/f/k1c> (cortesia da Agence Europe)).

6. COMISSÃO INTERNACIONAL DE REPARAÇÕES PARA A UCRÂNIA

Foi lançada, em Haia, uma **nova Convenção que estabelece uma Comissão Internacional de Indemnizações para a Ucrânia**, subscrita por 34 países e pela União Europeia, no âmbito de uma conferência diplomática coorganizada pelo Conselho da Europa e pelos Países Baixos (detalhe [aqui](#)). A conferência contou com a participação de líderes e representantes de mais de 50 Estados, incluindo o Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenskyy, a Presidente da República da Moldávia, Maia Sandu, e o Primeiro-Ministro neerlandês, Dick Schoof. A iniciativa visa reforçar a responsabilização internacional pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e criar um mecanismo estruturado de compensação para as vítimas dos danos causados.

A nova Comissão Internacional de Indemnizações constitui o segundo pilar de um mecanismo global de compensação, complementando o Registo de Danos para a Ucrânia, criado em 2023 no quadro do Conselho da Europa. Este registo recolhe pedidos de indemnização apresentados por pessoas singulares, organizações e entidades públicas, tendo já recebido cerca de 86 000 pedidos, com a adesão de 44 Estados e da UE. A Comissão agora criada será responsável por analisar, avaliar e decidir esses pedidos, determinando a eventual atribuição de indemnizações e os respetivos montantes, funcionando igualmente no âmbito institucional do Conselho da Europa e estando aberta à participação de outros países.

A Convenção entrará em vigor após a sua ratificação por 25 signatários, desde que estejam assegurados os recursos financeiros necessários para o início do seu funcionamento. Para além do mecanismo de compensação, o Conselho da Europa reafirmou o seu compromisso com o futuro de longo prazo da Ucrânia, através de uma abordagem integrada centrada na reconstrução democrática, no Estado de direito e na responsabilização. Entre os signatários da Convenção contam-se, entre outros, **Portugal**, Alemanha, França, Espanha, Itália, Polónia,

¹ Alemanha, Malta, os Países Baixos, a Itália, a Polónia, a Áustria, a Bélgica, a Croácia, a Estónia, a Lituânia, a Letónia, a Bulgária, a Roménia, a Suécia, a Finlândia, a Grécia, a República Checa, bem como o Chipre e a Dinamarca.

Reino Unido, Ucrânia e a União Europeia, refletindo um amplo apoio político internacional à criação deste instrumento.

7. TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU - DEFESA DA UE

A edição de 16 de dezembro de 2025 do ECA Journal (publicação do Tribunal de Contas Europeu), intitulada *Is EU defence ready to secure peace?*, analisa de forma aprofundada o estado da defesa europeia num contexto marcado pela guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e pelo questionamento crescente da solidez da Aliança Transatlântica, defendendo que a autonomia estratégica se tornou uma necessidade existencial para a segurança da União Europeia (disponível [aqui](#)). O número aborda as iniciativas lançadas pela UE em matéria de defesa, a sua tradução em financiamento, programas e cooperação institucional, a articulação com a NATO e os desafios associados ao aumento significativo da despesa em defesa, com especial enfoque nas exigências de responsabilização e auditoria. O dossiê central inclui entrevistas com decisores-chave, como o Comissário para a Defesa e o Espaço, Andrius Kubilius (*«Europe needs to defend peace through strength»*), o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa dinamarquês, Troels Lund Poulsen (*«Europe is facing an acute and growing threat»*), e a Presidente da Comissão da Defesa do Parlamento Europeu, Marie-Agnes Strack-Zimmermann (*«We all need to realise that we must stand together!»*), bem como contributos de responsáveis da Presidência da UE, da NATO, da Agência Europeia de Defesa, e da academia.

A revista inclui ainda entrevistas com responsáveis da Agência Europeia de Defesa e do próprio Tribunal de Contas Europeu, bem como contributos de peritos nacionais e internacionais — incluindo académicos, funcionários da Comissão Europeia e representantes de instituições superiores de controlo — sobre diferentes dimensões da política de defesa da UE. O número encerra com uma panorâmica das atividades de divulgação do Tribunal e um resumo das suas publicações mais recentes, sublinhando o papel central da auditoria como instrumento de responsabilização numa área que mobilizará volumes crescentes de recursos públicos e cuja finalidade última é precisamente evitar o recurso à guerra.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 15 de dezembro - [Conselho TTE Energia](#); [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); [Reunião ministerial UE-Angola](#); 16 de dezembro - [Conselho \(Ambiente\)](#) e [Conselho dos Assuntos Gerais](#).

9. AGENDA

As instituições da UE retomarão a sua atividade no início de janeiro.

Estrasburgo | 19 de dezembro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)